

Glauca Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Diálogos sobre Inclusão



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Glaucia Wesselovicz**  
**Janaina Cazini**  
(Organizadoras)

# **Diálogos sobre Inclusão**

**Atena Editora**  
**2019**

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D536	Diálogos sobre inclusão [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-362-0 DOI 10.22533/at.ed.620192805  1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.  CDD 361.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” foi concebida para cumprir a função de apresentar conteúdos essencialmente informativos e formativos sobre Inclusão Social e Profissional, direcionado àqueles que precisam compreender as bases – históricas, conceituais, organizacionais e legais dos Direitos Humanos. O volume I apresenta 26 capítulos que abordam os vetores da promoção humana como: Família, Sociedade e Tecnologias.

“Incluir socialmente é dar e garantir condições para que uma pessoa possa, de maneira livre e independente, ter o mesmo acesso que outras aos serviços e benefícios da vida em sociedade. Mas não basta pensar a inclusão social apenas sob a ótica das necessidades e simplesmente criar mecanismos ou facilidades compensatórias aos excluídos. É preciso ir além, mais que uma reforma, é preciso uma revolução no modo como enxergamos o excluído, que não deve ser objeto de pena ou dó e sim de respeito e consideração como ser humano e cidadão que é” (ALMEIDA, 2016)

A Declaração Universal dos Direitos humanos - marco histórico - inspirou as nações para o envolvimento em prol dos movimentos sociais de enfrentamento da discriminação e exclusão social de minorias, tornando-se referência para o desenvolvimento de Pactos e Convenções norteadoras da promoção humana no mundo.

Contudo, nós acreditamos, que esta coletânea irá inspirar e encorajar, Profissionais, Educadores e sociedade em geral a refletir sobre todas as possibilidades que o seu meio social, núcleo familiar e atitudes individuais podem minimizar as desigualdades e promover o desenvolvimento social igualitário.

Glaucia Wesselovicz  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL	
Ernny Coêlho Rêgo Marinina Gruska Benevides	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
ANALISANDO A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO HETERONORMATIVA DA MASCULINIDADE	
Arthur Furtado Bogéa Iran de Maria Leitão Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
O DIREITO À DISCUSSÃO DE TEMÁTICAS PERTINENTES À ESFERA SOCIAL E À PRODUÇÃO DO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: UM PROCESSO DE LETRAMENTO ESCOLAR E PRODUÇÃO TEXTUAL NA EJA	
Ferdiramar Farias Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
O SILÊNCIO: SUTIL LEGITIMIDADE DA VIOLÊNCIA SOBRE A EXISTÊNCIA LÉSBICA	
Mariluce Vieira Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44</b>
ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO DE APRENDER	
Osiolany da Silva Cavalcanti Gloria Maria de Sousa Leitão Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM EM EJA: UM OLHAR SOBRE O QUE DIZEM OS SUJEITOS DA EJA NO MUNICÍPIO DE SOLEDADE-PB	
Edivânia Paula Gomes de Freitas Leandra da Silva Santos Maria José Guerra Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928056</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
PROGRAMA DE ATENÇÃO E ORIENTAÇÃO AO ALUNO (PROATO): UM OLHAR HUMANIZADO AO ALUNO DO ENSINO SUPERIOR	
Analice Oliveira Fragoso Sheila Carla de Souza Rinaldo Molina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928057</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>73</b>
MULHERES QUE SE DESTACARAM NA HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	
Jane Cleide de Almeida Cordeiro	
Kátia Maria de Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>88</b>
ACESSIBILIDADE ATRAVÉS DA ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA URCA	
Francisca Raquel Miguel de Sousa	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
David Soares Vieira	
Rosane Santos Gueudeville	
Isac Vieira Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6201928059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
APLICAÇÃO MÓVEL COLABORATIVA PARA DISSEMINAÇÃO DE SINAIS E INTEGRAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Erika Patrícia Martins Ferreira	
Crysthian Fhylype Ribeiro Marinho	
Eveline de Jesus Viana Sá	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>104</b>
A (RE) CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE LIBRAS/L1 NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Ana Letícia de Almeida Cordeiro	
Josinete Pessoa Nunes	
Niédja Maria Ferreira de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>115</b>
INCLUSÃO DIGITAL - INFORMÁTICA PARA A 3ª IDADE	
Bruna Cristina de Albuquerque Sebold	
Felipe Souza Davies	
Marcelo Nepomoceno Kapp	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280512</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
JOGOS COOPERATIVOS DE INCLUSÃO BILÍNGUE: ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR PARA ALUNOS COM SURDEZ	
Maria de Lourdes Leite Paiva	
Robéria Vieira Barreto Gomes	
Querem Hapuque Monteiro Alves Muniz	
Raquel Araújo Pompeu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280513</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 133**

**NUSOEP: NÚMEROS, SÍMBOLOS, OPERAÇÕES E EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU. UM KIT EVOLUTIVO PARA DE MATEMÁTICA PARA DEFICIENTES VISUAIS**

Kíssia Carvalho  
Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
Marcos Antônio Petrucci de Assis  
José Nunes Aquino  
Luciene do Carmo Santos

**DOI 10.22533/at.ed.62019280514**

**CAPÍTULO 15 ..... 144**

**O USO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS**

Bruna Ismaela Cunha Silva  
Thayse Lopes dos Santos  
Niédja Maria Ferreira Lima  
Conceição de Maria Costa Saúde

**DOI 10.22533/at.ed.62019280515**

**CAPÍTULO 16 ..... 152**

**PROJEÇÃO CILÍNDRICA ORTOGONAL: UMA APRENDIZAGEM EM UM AMBIENTE VIRTUAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS**

Natana Souza da Rosa  
Vania R. Ulbricht

**DOI 10.22533/at.ed.62019280516**

**CAPÍTULO 17 ..... 168**

**QUEM GANHOU O JOGO? ANÁLISE DE UM LIVRO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO**

Andréa Paula Monteiro de Lima  
Dayse Bivar da Silva  
José Mawison Cândido de Lima

**DOI 10.22533/at.ed.62019280517**

**CAPÍTULO 18 ..... 180**

**TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO COMO COLABORAÇÃO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO**

Maria de Lourdes Leite Paiva  
Francisca Janaína Dantas Galvão Ozório  
Raquel Araújo Pompeu  
Robéria Vieira Barreto Gomes  
Maria José Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.62019280518**

**CAPÍTULO 19 ..... 191**

**A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA NO DESVELAR DA CRIANÇA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA PROMOÇÃO E FAVORECIMENTO DE PRÁTICAS SOCIAIS E AMBIENTAIS**

Dilma Costa Nogueira Dias  
Mônica de Nazaré Carvalho  
Daniel Sulyvan Santana Dias  
Anderson Costa Nogueira

**DOI 10.22533/at.ed.62019280519**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>198</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO PARA FAMÍLIA, ESCOLA E EDUCADORES	
Miriam Paulo da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>209</b>
FAMÍLIA E ESCOLA: DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO, INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM	
Osicleide de Lima Bezerra	
Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes	
Ana Paula Taigy do Amaral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>221</b>
O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NUMA PERSPECTIVA AFETIVA	
Marciel Carlos de Sousa	
Francisco Roberto Diniz Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>232</b>
O PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DO AEE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Acreciana de Sousa Melo	
Fernanda Maria da Silva Cardeal	
Francisca Nailene Soares Vieira	
Martha Milene Fontenelle Carvalho	
Rosani de Lima Domiciano	
Sâmia Maria Lima dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.62019280523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>241</b>
PERFIL EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ADICTOS ASSISTIDOS PELA SAÚDE MENTAL NA PARAÍBA, BRASIL	
Angélica Vanessa de Andrade Araújo Lira	
Évelyn Morgana de Mélo Alves	
Rayssa Pereira de Souza	
Clésia Oliveira Pachú	
<b>DOI 10.22533/at.ed.620192805224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>251</b>
REDE DE APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM AS MÃES DE DUAS CRIANÇAS AUTISTAS	
Camila Pimentel Machado Gonçalves	
Suelene Regina Donola Mendonça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.620192805225</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>266</b>

## ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: O DIREITO DE APRENDER

### **Osiolany da Silva Cavalcanti**

Universidade estadual da Paraíba

Estudante de Graduação, 4º semestre do curso de  
Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba  
UEPB, Campus I – Campina Grande  
osiolanyalves@gmail.com

### **Gloria Maria de Sousa Leitão Melo**

Universidade Estadual da Paraíba

Doutora da Universidade Estadual da Paraíba-  
UEPB, Campus I – Campina Grande  
profgmls@hotmail.com

**RESUMO:** A inclusão é um tema que na realidade é deveras discutido, todavia abrange muito o campo das deficiências, das causas raciais, trabalhistas, sociais e econômicas, entretanto, a inclusão referente ao aluno obter o direito a aprender a ler e escrever por vezes não é respeitada, não é algo adquirido, mas sim forçado e por vezes obrigado por parte dos ensinamentos engessados de uma sociedade que se atualizou tanto em tecnologias, mas nas metodologias educacionais é um tanto arcaica. Destarte, o objetivo deste estudo é o pensamento reflexivo mediante os resultados com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde se fez medição para se avaliar os níveis de capacidade de matemática, língua portuguesa e a leitura, mostra-se que os avanços foram medianos, entretanto pensar

no todo para que não haja crianças sem este direito, mediante as diferenças entre escolas públicas e privadas enfatizemos o melhor desempenho das escolas particulares. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica, na base de dados a partir das palavras-chaves: Alfabetização; Inclusão; Direito. Os principais resultados indicam que há necessidade de se modificar a forma de abordagem para a leitura para que as crianças tenham direito sobre esta inclusão de forma satisfatória para estas. Portanto conclui-se a importância deste estudo, tendo o dever do aprendizado à garantia para que estas crianças possam se desenvolver para seu próprio benefício como para a sociedade com o ganho de cidadão bem preparado, tanto para a vida trabalhista quanto acadêmica.

**ABSTRACT:** Literacy in an inclusive perspective can be understood, among others, as a practice that favors the right to learn. National assessment data, for example of IDEB and ANA, indicate indexes and percentages that do not correspond to expected successes, in the school performance of students, especially those of the Literacy Cycle. In this sense, the objective of this study is to promote discussion about literacy, as a process that should include all subjects involved, to practices that guarantee them the right to learn. Evaluation Results Literacy, in the State of Paraíba - BRAZIL, are

taken as a basis for analysis of this literacy perspective. This is a qualitative study of the bibliographic type. The study shows that it can still be considered alarming, the number of children in that State who are not successful in reading and the last year of the Literacy Cycle. We conclude that, in addition to public policies that inversion of this framework, through, for example, investment in the training and qualification of professionals for more effective action in the school years that involve this cycle, it is made necessary the implementation of projects and pedagogical practices involving all the children and young people in this process so that they are effectively included in which guarantees them the right to learn to read and write.

**KEYWORDS:** Literacy; ANA; Inclusion; Right to Learn; Education.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a importância da educação e inclusão através da leitura e da escrita, sendo direito de todos segundo o Artigo primeiro, da Constituição Federal, a qual cita que todo cidadão tem como direitos fundamentais “a dignidade da pessoa humana” e sabe-se que esse valor está intrinsecamente ligado as questões da escrita e leitura, pois para todo o desenvolvimento de nossas habilidades na sociedade precisa-se do domínio desta capacidade de letramento, onde também disposto na nossa lei maior em seu artigo 5º parágrafo IX: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. (BRASIL, 1988)

Mostra-se que este direito, precisa ser respeitado e considerado atuante nas escolas, para tanto é preciso que os docentes responsáveis por esta tarefa possam exercê-la com dedicação e conhecimento da área podendo contribuir e exercer o direito por lei determinada. Deste modo, devem-se analisar as práticas inseridas no contexto escolar para que o direito de leitura e escrita possa estar sendo trabalhado de maneira tal, que as crianças consigam aprender de forma espontânea e singela, mesmo sendo algo complexo e de fundamental importância para seu desenvolvimento. Por conseguinte quais resultados estão sendo obtidos a partir de resultados mostrados em órgãos para esta competência.

Baseado em nossa Constituição Federal de 1988, a lei de Bases e Diretrizes da Educação do Brasil, que traz em seu Artigo 1º no §2º, que: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Demonstra tal importância para as práticas de leitura e escrita para a formação dos futuros profissionais com boa formação escolar para a sociedade. Mostra por direito e dever os educadores dos anos iniciais, a saber, do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental, municipais e estaduais de zonas urbanas e rurais brasileiras a necessidade de ser trabalhada com destreza a alfabetização como parâmetro para toda a vida do sujeito.

Torna-se indispensável como mostra o Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa, que os profissionais da educação precisam habilitar-se para tal feito,

sendo assim possibilitam ao máximo as crianças o direito de inclusão no meio social ao qual estão inseridas.

## 2 | METODOLOGIA

O presente estudo é de atuação bibliográfica, com característica qualitativa de caráter analítico, com inclusão de dados dos órgãos responsáveis pela medição de aprendizagem, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). A partir destes dados pode-se analisar como este dever de inclusão a leitura tem sido respeitado e implantado nas escolas brasileiras.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma avaliação externa que objetiva aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. As provas aplicadas aos alunos forneceram três resultados: desempenho em leitura, desempenho em matemática e desempenho em escrita.

Além dos testes de desempenho, que medem a proficiência dos estudantes nessas áreas, a ANA apresenta em sua primeira edição as seguintes informações contextuais: o Indicador de Nível Socioeconômico e o Indicador de Formação Docente da escola.

Neste contexto, objetiva Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental; Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino; Concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. **(não conseguiu os resultados da ANA)**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), uma das primeiras iniciativas brasileiras para medir a qualidade do aprendizado nacionalmente e estabelecer metas para a melhoria do ensino, foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Vem mostrar o aproveitamento destes modelos avaliativos para a educação brasileira. Veja a tabela a seguir:

### **IDEB - Resultados e Metas**

#### **Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
	<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2
<b>Dependência Administrativa</b>												
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5

Ao observar a tabela percebemos que houve um aumento na relação de ensino-aprendizado na leitura e escrita, tendo, porém um aumento na rede privada com melhor desempenho, significando que precisamos olhar para a nossa rede pública e investir, caso necessário na formação destes educadores e remuneração adequada para exercer sua profissão.

Desde 2012 um compromisso entre os governos Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal vem comprometendo-se através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a cumprir a 5ª meta estipulada no Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de alfabetizar até o 3º ano do ensino fundamental, posto que se fizessem as devidas providencias cabíveis para auxiliar os professores como: capacitação deste profissional, materiais didáticos para auxílio do professor em sala de aula.

Norteando este caminho precisa-se investigar para além dos programas a existência desse aparato de circunstancias nas salas de aula, mediante a tabela, percebemos que esta inclusão do direito a leitura e escrita, precisa ser mais bem amparada para que estes resultados cheguem a 2021, ano final do ajustamento, com quantidade satisfatória, e o mais importante com a qualidade merecida e de direito que estas crianças necessitam.

Para tanto o professor precisa interagir de forma significativa ao desenvolvimento da criança assim como Freire, 1987 cita:

O ensino não pode se basear na concepção bancária que é caracterizada pelo autoritarismo do professor, é ele quem ensina e os alunos os ensinados, ele decide o que ensinar, ele fala os alunos escutam.

É este fator que precisa ser observado, as crianças que agora não precisam ser mais alfabetizadas em um ano apenas, têm-se três anos para desenvolver esta capacidade, e dentre este tempo é preciso respeitar o tempo delas, permitindo a interação com uma leitura dinâmica, uma escrita que respeite estes tempos/momentos vivenciados pela infância.

Tendo em vista a diferença entre alfabetização e letramento que, por exemplo, tomo as palavras de Magda Soares (2011): “Alfabetização É tomar o indivíduo capaz de ler e escrever. É o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia, técnicas

para exercer a arte e ciência da escrita. É o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais e da escrita, ou seja, um conjunto de práticas sociais, que usam a escrita, enquanto sistema simbólico, enquanto tecnologia, em contextos específicos da escrita denomina-se letramento que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos. Compreender o que se lê”.

Dessa forma, percebemos a importância desse processo na construção da leitura, leva o indivíduo para socializar com seu meio, é uma evolução necessária e, precisa-se ter o cuidado para implantá-la mesmo que imprescindível, tendo zelo pelo bem estar da criança, para que esta não se sinta coagida para tal aprendizado, cada uma tem seu tempo.

O próprio Piaget 1972 diz: “Não creio mesmo que haja vantagem em acelerar o desenvolvimento da criança além de certos limites. Muita aceleração corre o risco de romper o equilíbrio. O ideal da educação, não é aprender o máximo, maximalizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender; é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola”.

Isso nos mostra como as práticas pedagógicas e a formação dos profissionais da educação precisa comportar um bom preparo, pois para que o processo de construção letrada possa acontecer de forma mais suave e eficaz possível, e que assim como muitos sofreram abuso com instrumentos de tortura sendo o caso da palmatória entres outros para conseguirem aprender “ler e escrever”, esses fatores negativos não tenham hoje no século XXI se transformado em pressão psicológica para o bom desempenho destas crianças.

Ao contrário destas manifestações de ensino-aprendizagem é preciso que mesmo fosse de direito e dever a inclusão das crianças no processo de leitura, esta precisam sentir uma interação entre professor/aluno como nos afirma Smolka:

“(…) Não se trata, então, apenas de “ensinar” (no sentido de transmitir) a escrita, mas de usar, fazer funcionar a escrita como interação e interlocução na sala de aula, experienciando a linguagem nas suas várias possibilidades. No movimento das interações sociais e nos momentos das interlocuções, a linguagem se cria, se transforma se constrói, como conhecimento humano.” (1988, p.45).

Não basta ensiná-la a ler e escrever e sim de se interpretar o que se lê de mostrar métodos que faça com que leituras paradidáticas possam aumentar o seu desejo e vontade de aprender a ler e escrever. Todo contexto do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil esclarece o que se deve fazer no cotidiano escolar para instigar situações que promovam a criança como cidadã, formando-a integralmente.

Para este feito, está inserido na Carta Magna da educação a (LDB), que cita no Art. 15 “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica...” (BRASIL, 1996). Significando que para o professor abordar as crianças no ensino de uma leitura eficaz, pode-se utilizar de várias formas com relação à interação com estes

alunos, obtendo mecanismos para facilitar um bom aprendizado de leitura, seja elas com utilização de dedoches, fantoches, cantigas de roda, gravuras e com os próprios livros, ativando a imaginação e o interesse desses educandos para o letramento destes.

Com respaldo para este desenvolvimento o Art.15, da Carta Magna da educação a lei nº 9.394/96 nos diz: “Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica...”.

Nesse sentido vemos que a interação do professor com o aluno pode basear-se na autonomia pedagógica que este tem, visando um melhor aproveitamento para sua aula com leitura, diversificar a abordagem de como as crianças aprenderam algo tão complexo como ler mais que pode ser adquirido com prazer a depender do método implantado pelos seus educadores.

Nesse sentido ressalta-se:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (Ferreiro, 1999, p.23).

Segue-se necessário que os educadores tenham o cuidado dessa inclusão da leitura para as crianças, observando seio meio social e as interações que elas trazem. Ferreiro, assumindo ser dedicada fundamentalmente a tentar compreender o desenvolvimento das conceptualizações infantis sobre a língua escrita, afirmam que através dos resultados obtidos uma conclusão deve ser considerada as crianças são facilmente alfabetizáveis foram os adultos que dificultaram o processo de alfabetização delas. (Ferreiro, 1999, p.17)

Esse exemplo é levado em consideração nas formas de leitura tradicionais onde os estímulos negativos como a palmatória é impetrada, ou, uma forma de negação a leitura tímida e não fluente precisa saber que cada criança desenvolve-se há seu tempo e que neste contexto cabe ao profissional da educação ser o mediador da situação, não o opressor ou o que força ao aprendizado.

O domínio de essa linguagem dar-se por meio histórico um processo que as crianças vão dominando aos poucos e que precisa deste acompanhamento, de um profissional capacitado, onde consegue extrair o melhor de seus pupilos e fazer com que estes aprendam de forma satisfatória para si e para o meio social ao qual está inserido.

## 4 | CONCLUSÃO

É notório que esse embate entre a alfabetização e a inclusão deve-se muito a

questão não apenas da formação acadêmica de quem lecionará, ocorre muito além desta instância, tomemos por nota a nossa sociedade na qual a dificuldade para adentrar o mercado de trabalho é expressiva, onde o domínio da leitura, da escrita e da matemática são primordiais para um resultado de sucesso. É preciso que a própria escola mude suas formas de aprendizado excluindo os métodos engessados nos quais permeia por tanto tempo, sem que tenha interação com os alunos, onde estes sentam e obedecem ao pensamento do seu mestre, sem direito de se expressar, colocar suas opiniões em discussão, tornando-os pessoas inseguras, inclusive para sua vida pós-escola. Modificando-se para engajar-se em didáticas atuais, usufruindo das situações que as rodeiam, ensinando conforme as realidades de cada aluno seja esta social, econômica ou da particularidade de cada criança recebida em sala de aula. O educador necessita estudar para observar que na formação dos alunos ele faz parte do todo, que este é uma espécie de andaime para que seus alunos possam alcançar um patamar mais elevado, fazendo-os ascender naturalmente. O professor precisa aprimorar-se e não permitir que essa metodologia arcaica a qual atrase e traumatiza nossos alunos, tome posse das salas de aula para que programas de medição de aprendizado como os citados no percurso do texto venham a ser diminuídos por haver tamanha eficiência neste aprendizado, respeitando sempre cada tempo de cada criança, dessa forma obteremos sucesso nesse processo tão enigmático que é a arte de ler, incluindo o direito a todos os alunos envolvidos nesse processo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2001. Acessado em: 08 de agosto de 2018.

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.

BRASÍLIA. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Série documental, Textos para Discussão, 2007.

FERREIRO, EMILIA. **Com Todas As Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MEC – Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – Currículo Na Alfabetização: Concepções E Princípios**. Brasília: 2012. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

PIAGET, JEAN. **Problemas de Psicologia Genética**. Rio de Janeiro. Editora Forense. 1972.

SMOLKA, ANA LUIZA BUSTAMANTE. **A Criança na Fase Inicial da Escrita**. A Alfabetização

Como Processo Discursivo. São Paulo. Editora Cortez, 1988.

SOARES, MAGDA. **Alfabetização E Letramento Segundo Magda Soares**. Artigo publicado pela revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, pela Artmed Editora.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Glaucia Wesselovicz** - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

**Janaina Cazini** - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-362-0

